

Do Cadastro Nacional de Museus ao Registro de Museus:

10 anos de informação e conhecimento sobre os museus brasileiros

KARLA UZÉDA

Falar sobre a importância do Cadastro Nacional de Museus (CNM) quando ele completa exatamente 10 anos de trabalho é, ao mesmo tempo, uma responsabilidade e uma oportunidade que nos leva a refletir sobre a sua trajetória e sobre todo o desenvolvimento que o campo museológico vem vivenciando ao longo desta década.

Ainda, fazer isso em 2016 requer pensarmos não só em perspectiva, mas, também, em retrospectiva. Voltemos, assim, ao ano de 2003, um ano marcante e divisor de águas para o setor museal brasileiro. Um ano em que a união de técnicos, pesquisadores, profissionais de museus, entidades e organizações museológicas, universidades, representantes de secretarias estaduais e municipais de cultura, profissionais diversos e a sociedade civil trabalharam de forma democrática e participativa para a construção daquela que seria a primeira política de Estado, vol-

tada unicamente para o setor de museus no país: a Política Nacional de Museus (PNM).

O processo de construção dessa política seguiu quatro etapas: 1 – Elaboração de um documento básico para discussão; 2 – Apresentação e debate público do documento básico; 3 – Divulgação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais; e 4 – Consolidação das contribuições recebidas e publicação do documento final.

Baseados nos princípios estabelecidos por essa Política Nacional de Museus foram identificados “sete Eixos Programáticos capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas”¹. O primeiro desses eixos, voltado à Gestão e Configuração do campo museológico,

1. NASCIMENTO JR., José; CHAGAS, Mário (Orgs.). Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007, p. 23.

apresentava de forma clara e indubitável a necessidade da criação de um cadastro de museus de abrangência nacional, sinalizando, assim, a importância e a urgência do aprofundamento de conhecimentos e informações sobre os museus no país. Esse cadastro deveria ser capaz de mapear o diversificado universo museal brasileiro e contribuir para a produção de um diagnóstico do setor a partir de características e serviços oferecidos pelos museus.

Importante lembrar que no mesmo ano da publicação da Política Nacional de Museus, 2003, e como consequência desta, foi criado o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – um departamento dedicado exclusivamente para o desenvolvimento de ações, diretrizes e fomento para o setor museal.

Coube ao Demu o desafio de realizar estudos visando à criação e à implantação de um cadastro que fornecesse informações sobre museus em amplitude nacional. Considerando a pouca informação existente no Brasil sobre o setor, os estudos iniciados em 2005 partiram de publicações editadas no país, especialmente os Guias de Museus. Embora com reduzido volume de informações sobre cada uma das instituições identificadas, esses guias foram fundamentais para uma reflexão tanto do entendimento de “museu” adotado por cada um deles, como para as metodologias que envolveram o recolhimento de informações.

Além dos Guias, a equipe envolvida no projeto do cadastro buscou também a experiência de cadastros e registros internacionais, analisando procedimentos metodológicos e questionários utilizados.

Para além de questões como finalidade, objetivos, conceitos e campos informacionais, era imprescindível que esse cadastro estivesse assentado em uma plataforma eletrônica, capaz de gerenciar informações por meio de um banco de dados. Este foi, sem dúvida, um aspecto desgastante para a implantação do instrumento, pois havia, por parte do Iphan, orientações específicas em relação à área de Tecno-

“O primeiro desses eixos, voltado à Gestão e Configuração do campo museológico, apresentava de forma clara e indubitável a necessidade da criação de um cadastro de museus de abrangência nacional, sinalizando, assim, a importância e a urgência do aprofundamento de conhecimentos e informações sobre os museus no país.”



O Cadastro Nacional de Museus (CNM) nasceu em 2006, com a missão de “conhecer e mapear a diversidade museal brasileira”. O questionário de cadastramento abordava questões como dados institucionais, acervo, atendimento ao público, características físicas, segurança, atividades, recursos humanos e orçamento.

logia da Informação (TI) que determinavam a utilização do sistema gerenciador de base de dados *Oracle* ou a adoção de *softwares* livres. As restrições orçamentárias da época inviabilizavam o desenvolvimento de sistemas informatizados próprios e a aquisição do sistema *Oracle* era de custo elevado. Restava, assim, a opção pela adoção de um *software* livre. Um aspecto positivo foi que essa alternativa ia ao encontro de uma diretriz da Unesco, que recomendava a adoção de base de dados em sistema Isis para centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos. Esse sistema, desenvolvido pela própria Unesco, dedicava-se ao armazenamento de dados e recuperação de informações, sendo bastante adequado para o gerenciamento de bases de dados.

Assim, o impasse sobre a adoção de um sistema

eletrônico que pesava sobre o projeto de um cadastro de museus havia sido resolvido. Contudo, outra questão se descortinava: onde ficariam armazenadas as informações coletadas? O Iphan, entendendo que havia possibilidade de que esse sistema pouco conhecido trouxesse risco à segurança do seu servidor e das informações e dados nele contidos, decidiu por não abrigá-lo.

A solução veio com a disponibilização da estrutura de TI do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que, compreendendo a importância do projeto, se ofereceu para recepcioná-lo.

Desfeitos os nós que envolviam soluções tecnológicas nasce, em 2006, o Cadastro Nacional de Museus (CNM), com a missão de “conhecer e mapear a diversidade museal brasileira”².

Um dos principais desafios do CNM consistia em sensibilizar os mais de 2.000 museus existentes à época para preencherem o questionário de cadastramento. Esse questionário, genuinamente brasileiro – por ter sido construído com base na realidade do país–, era dividido em 8 blocos de informações, os quais abordavam questões como: dados institucionais, acervo, atendimento ao público, características físicas, segurança, atividades, recursos humanos e orçamento.

Ressalta-se que, apesar da denominação,

2. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. Questionário do Cadastro Nacional de Museus. Brasília: Iphan/MinC, 2008, p. 4.

o CNM realizava duas ações distintas, porém complementares e fundamentais para a construção do conhecimento sobre o campo museal: o mapeamento e o cadastramento. O mapeamento consistia na busca diária por museus em território nacional e no recolhimento de dados gerais dessas instituições, mais especificamente, de informações relacionadas à localização e contato. Já o cadastramento propriamente dito era realizado por meio do preenchimento do mencionado questionário por parte dos museus. No entanto, para que um museu estivesse efetivamente “cadastrado”, era necessário enviar o questionário preenchido ao Demu que procedia a uma análise técnica para somente então inserir as informações fornecidas em sua base de dados.

Considerando que o preenchimento do questionário consistia em ação voluntária por parte dos museus, a ação de mapeamento tornava-se imprescindível, pois só por meio dela era possível identificar a quantidade e compreender a dispersão dos museus em território nacional.

Em pouco tempo de existência, o Cadastro Nacional de Museus já despontava como a mais completa e confiável base de dados sobre os museus existentes no país e a única a possibilitar a geração de cartografias estaduais, regionais e nacional.

Dado o volume de informações, o CNM tornou-se o maior e mais importante veículo de difusão dos museus no Brasil e a principal fonte de

informações para o monitoramento e proposição de políticas públicas para o setor, compartilhando com a sociedade e poderes públicos das diversas esferas governamentais informações gerais e particularizadas sobre os museus do país.

Em 2009, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e com a instalação de sua sede em Brasília, tornou-se inconcebível que a gestão do CNM permanecesse no Rio de Janeiro, visto a previsão da necessidade de atendimento às demandas informacionais que o novo órgão, com

CGSIM/ibram



LANÇADO EM 2011, O GUIA DOS MUSEUS BRASILEIROS configura-se como o mais completo guia de museus já produzido no país. Nele há informações gerais sobre mais de 3.100 instituições museológicas.

CGSIM/Ibram



PRIMEIRA PUBLICAÇÃO COM PERSPECTIVA estatística sobre os museus brasileiros, o *Museus em Números*, volumes 1 e 2, disponibiliza um panorama nacional e internacional sobre o setor de museus.

seus departamentos e coordenações, exigiria.

Após a chegada dos novos servidores oriundos do primeiro concurso público do Ibram, realizado em 2010, e da instalação de mobiliário adequado em seu edifício sede, toda a documentação concernente ao CNM foi transferida para a capital federal.

Em meio às migrações e adaptações, o CNM completava 5 anos de contínua atividade, alcançando maturidade de processos e informações suficientes para o compartilhamento com o campo museal e com a sociedade civil dos resultados de seu trabalho. Para isso, foi realizada uma força-tarefa, formada

por consultores contratados e servidores do Ibram das áreas de Museologia, História, Ciências Sociais e Educação, visando compilar, analisar, cruzar dados, gerar informações e produzir textos. Após meses de dedicação, duas importantes publicações foram produzidas e lançadas em 2011: *Guia dos Museus Brasileiros* e *Museus em Números*, ambas integralmente baseadas nas informações coletadas pelo Cadastro Nacional de Museus.

A primeira publicação configura-se como o mais completo Guia de Museus já produzido no país, com informações gerais de mais de 3.100 museus, contemplando: ano de criação, situação de funcionamento, endereço, horário de funcionamento, tipologia de acervo, acessibilidade, infraestrutura para recebimento de turistas estrangeiros e natureza administrativa. Nas palavras da ex-Ministra de Estado da Cultura, Ana de Holanda, “ele traz à tona a diversidade museal brasileira e aponta para um crescimento expressivo do setor”³. Segundo José do Nascimento Júnior, presidente do Ibram à época:

“(...) muito da cultura brasileira ainda se move em jazidas inexploradas, grande parte desta imensa riqueza – que a Ministra Ana de Hollanda tão bem definiu como nosso ‘pré-sal do simbólico’ – está abrigada em nossos museus, à espera de meios de emergir à superfície. Daí por que o Ibram tem investido num trabalho de prospecção de

3. Instituto Brasileiro de Museus. *Guia dos Museus Brasileiros*. Brasília: Ibram/MinC, 2011, p. 10.

'jazidas museais' com as quais o povo brasileiro merece e precisa se encontrar"⁴.

O segundo trabalho, *Museus em Números* apresentava-se como a primeira publicação com perspectiva estatística elaborada sobre os museus brasileiros, disponibilizando um panorama internacional e um nacional sobre o setor de museus. A partir de informações agregadas, a publicação analisou a situação dos museus em âmbito nacional e, de forma particularizada, as unidades federativas do país.

Foi um trabalho de fôlego que contou com a produção de mais de 1.300 gráficos, mais de 100 tabelas, 29 mapas, além de quadros e figuras dispostos em 571 páginas, divididas em 2 volumes. Sobre este trabalho, a Ministra da Cultura de então, Ana de Hollanda, disse que:

"Com este lançamento, o MinC atende à demanda por subsídios consistentes para uma cartografia deste campo. Ele integra um esforço na direção de uma política de informações e indicadores culturais que será consolidada com a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais"⁵.

Essas duas experiências revelaram a necessidade de alguns ajustes no questionário utilizado pelo CNM, entre os quais podem ser destacadas a quantidade de

"Importante lembrar que no mesmo ano da publicação da Política Nacional de Museus, 2003, e como consequência desta, foi criado o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – um departamento dedicado exclusivamente para o desenvolvimento de ações, diretrizes e fomento para o setor museal."

questões abertas, o que impossibilitava a tabulação objetiva das respostas. Ainda, havia enunciados dúbios que levavam os museus a entendimentos diversos, produzindo resultados inconsistentes. Mas, talvez o principal problema fosse realmente o grande número de questões não respondidas. Cabe esclarecer que, apesar da existência de uma base de dados em meio eletrônico, os questionários eram enviados para a equipe do CNM, que era responsável por sua análise, pela realização de diligências e pela

4. Idem. 2011, p. 11 e 12.

5. Instituto Brasileiro de Museus. *Museus em Números*. Brasília: Ibram/MinC, 2011, vol. 1, p. ix.

alimentação do banco de dados com a inserção das respostas no sistema.

Em 2012, alguns meses após a efetiva transferência e instalação do CNM em Brasília, a equipe foi surpreendida com problemas de ordem técnica em seu sistema eletrônico. Várias foram as tentativas e meios usados para reparação do sistema Isis, utilizado pelo Cadastro. Mas as dificuldades eram muitas: além de ter uma plataforma assentada em uma estrutura externa ao Ibram e localizada em outro estado (Museu do Índio, no Rio de Janeiro), o sistema utilizava uma linguagem de programação muito específica dominada por poucos profissionais, acarretando dificuldade para contratação de técnicos para sua manutenção.

Essa situação levou a equipe a abandonar o sistema Isis e a dar prosseguimento aos trabalhos do setor utilizando planilhas eletrônicas. A experiência logo tornou-se inviável. Pela quantidade de informações de cada museu (cada campo de resposta do questionário correspondia a uma coluna), as planilhas eram extensas e, mesmo que divididas pelos blocos temáticos, totalizavam mais de 800 colunas a serem preenchidas para o cadastramento de um único museu.

Frente a esse cenário, a equipe se viu obrigada a tomar decisões importantes, mesmo que de caráter provisório, como a suspensão da divulgação de informações no Portal do Instituto Brasileiro de Museus e a extinção do questionário de cadastramento. Contudo, ainda sem uma solução

tecnológica satisfatória para o problema, manteve as atividades relativas ao mapeamento de museus.

Todas essas circunstâncias contribuíram para uma reflexão profunda sobre o papel do CNM no âmbito do Ibram e das políticas públicas culturais. Era fundamental que o CNM acompanhasse a crescente estruturação do campo museal e o avanço das demandas sobre o setor, se pretendesse permanecer como referência para o desenvolvimento e o acompanhamento das políticas públicas para museus. Assim, tornou-se imperativo o estabelecimento de mudanças, sobretudo em relação ao escopo de atuação e processos de trabalho do CNM.

Desta forma, o Cadastro assumiu sua vocação para realização de pesquisas e incorporou à sua missão a produção de séries históricas e a geração de indicadores para o setor. A primeira transformação veio com a mudança de metodologia para a coleta de informações. O CNM passou a trabalhar com a realização de pesquisas

“Um dos principais desafios do CNM consistia em sensibilizar os mais de 2.000 museus existentes à época para preencherem o questionário de cadastramento.”

periódicas, sendo lançada a primeira Pesquisa Anual de Museus (PAM), em 2014. Esse primeiro levantamento contou com a participação de aproximadamente 1.000 instituições e teve seus resultados disponibilizados no Portal do Ibram.

Na segunda edição da PAM, em 2015, apesar da ampliação na divulgação e dos reiterados convites para participação na pesquisa, a adesão dos museus não chegou a 50% dos números do levantamento anterior, inclusive com ausência de representação por parte de algumas unidades federativas. Apesar de todo o esforço empreendido com malas-diretas, ligações telefônicas e divulgação nas redes sociais, as respostas obtidas em 2015 não foram representativas e, portanto, não houve divulgação dos dados.

O resultado insuficiente e o *feedback* prestado pelos participantes, em campo da PAM especificamente destinado a comentários, levou a equipe a rever a metodologia e a periodicidade de sua aplicação.

Ainda no contexto das mudanças pelas quais passou o CNM está a sua integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais do Ministério da Cultura (SNIIC/MinC). Essa aproximação se iniciou em 2015, revelando uma janela de oportunidade que foi abraçada pela equipe do Cadastro, e que já ao final desse mesmo ano apresentou seus primeiros resultados, com a migração dos dados de mais de 3.600 museus para o SNIIC, inaugurando o que se chamaria Plataforma Museusbr.

Paralelamente às negociações com o Sistema do MinC, o Ibram apresentou a proposta de um novo arranjo de governança pública colaborativa, baseado em cooperação e descentralização de ações e responsabilidades entre os atores envolvidos em determinados processos. Esta ideia foi exposta ao campo museal, representado pelo Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que se reuniu em Brasília, em novembro de 2015, para participação no Fórum Nacional Setorial de Áreas Técnicas.



Rede Nacional de Identificação de Museus (Renim): uma nova forma de trabalho em parceria entre o Ibram e os demais órgãos públicos competentes, especialmente os Sistemas de Museus.

PESQUISA ANUAL DE MUSEUS 2014

conhecendo a **diversidade** museal brasileira

Em 2014, o Cadastro Nacional de Museus lançou a primeira Pesquisa Anual de Museus (PAM), que contou com a participação de aproximadamente 1.000 instituições. Os resultados foram disponibilizados no Portal do Instituto Brasileiro de Museus.

Nessa ocasião foi apresentada, pela Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM/Ibram), a proposta de criação da Rede Nacional de Identificação de Museus (Renim), a qual foi muito bem recebida pelos presentes, visto que essa Rede inauguraria uma nova forma de trabalho em parceria entre o Ibram e os demais órgãos públicos competentes, notadamente os Sistemas de Museus, responsáveis por políticas de museus em suas respectivas áreas de atuação.

Aprovada a proposta, a Renim foi lançada em dezembro de 2015, durante o Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. Essa Rede vem atender uma demanda bastante antiga dos Sistemas de Museus – estaduais, distrital e municipais – de maior participação nos processos

decisórios de identificação de museus no país, no estabelecimento de conceitos operacionais e na definição de procedimentos de trabalhos a serem realizados em âmbito nacional.

Mas o que isso tem a ver com o SNIIC e com o Cadastro Nacional de Museus? Tudo. O primeiro desafio apresentado à Renim foi a implantação do Registro de Museus, instrumento previsto pelo Estatuto de Museus e regulamentado pelo Decreto 8.124/2013, que estabelece para os museus brasileiros a obrigatoriedade de se registrarem em órgão competente. O CNM, nesse processo, será a porta de entrada para o Registro de Museus, e é por meio do CNM que os museus receberão informações e orientações a respeito do Registro.

O segundo desafio diz respeito à operação propriamente dita do Registro de Museus, compartilhada entre o CNM e os órgãos registradores integrantes da Renim. Cabe esclarecer que, com a agregação da base de dados do CNM ao SNIIC, foi criada a Plataforma Museusbr, que apresenta um mapa dos museus brasileiros, onde os usuários podem navegar e explorar as informações ali disponibilizadas.

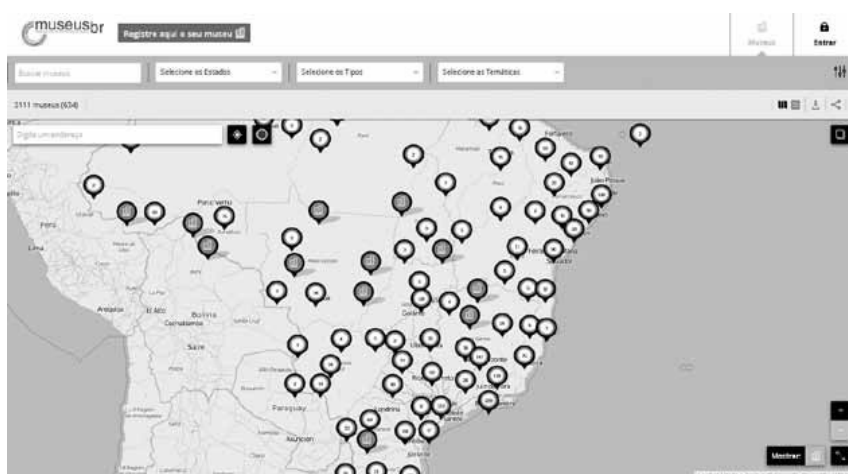
Entre as suas funcionalidades, a Plataforma permite o trabalho conjunto em um mesmo sistema por diversos operadores localizados em regiões distintas, possibilitando, assim, o compartilhamento das ações de identificação de museus (mapeamento) e de registro (Registro de Museus) dessas instituições. Dessa forma, a Plataforma é mais

um ambiente de atuação conjunta dos componentes da Renim por meio do CNM, oferecendo maior autonomia aos Sistemas de Museus, que poderão identificar e inserir novos museus de sua área de atuação diretamente em Museusbr, bem como atualizar dados, inserir imagens e outras informações sobre essas instituições, elevando, assim, a qualidade, a confiabilidade e a amplitude das informações disponibilizadas para a sociedade e para o campo museal.

Assim, as atividades antes realizadas exclusivamente pela equipe do Cadastro Nacional de Museus (mapeamento) serão compartilhadas por órgãos e entidades da Renim, todos atuando em conjunto. Por meio da Plataforma Museusbr poderão ainda ser identificadas as instituições que estiverem registradas, assim como aquelas que aderiram ao Sistema Brasileiro de Museus.

Museusbr, também lançada por ocasião do Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais, em dezembro de 2015, está no ar desde então, disponibilizando informações sobre museus que podem ser acessadas por meio de filtros diversos de busca na Plataforma e pela denominação das instituições, no formato de página eletrônica, onde o

“Ainda no contexto das mudanças pelas quais passou o CNM está a sua integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais do Ministério da Cultura (SNIIC/MinC). Essa aproximação se iniciou em 2015, revelando uma janela de oportunidade que foi abraçada pela equipe do Cadastro (...).”



“Ainda no contexto das mudanças pelas quais passou o CNM está a sua integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais do Ministério da Cultura (SNIIC/MinC). Essa aproximação se iniciou em 2015, revelando uma janela de oportunidade que foi abraçada pela equipe do Cadastro (...).”



Página eletrônica com informações individualizadas de um museu na Plataforma Museu.br.

usuário poderá obter informações de contato, georreferenciamento, características e serviços oferecidos pelos museus.

Museusbr, além de agregar atores e parceiros cruciais nos processos do CNM e Registro (Renim), de promover a articulação institucional (SNIIC) e fortalecer a atuação da sociedade na formulação e monitoramento de políticas públicas (SBM), também oferece avanços para a adequação dos sistemas informacionais do Ibram à política de dados abertos, permitindo a extração de informações em formato de planilha eletrônica, ferramenta importantíssima para o desenvolvimento de estudos e pesquisas por parte de quaisquer interessados, contribuindo assim para a produção de novos conhecimentos sobre o campo.

Em 2016, o Cadastro Nacional de Museus completa 10 anos de existência com importantes avanços metodológicos e tecnológicos. Ao longo de sua trajetória, os diversos contratemplos vivenciados não foram suficientes para esmorecer o ânimo dos profissionais envolvidos em sua manutenção.

Contando com uma equipe apaixonada e que acredita na importância da informação para mudanças de cenários que envolvem o campo museal, o CNM aposta no sucesso do trabalho colaborativo entre união, estados, Distrito Federal e municípios.

Ao concluir sua primeira década, o CNM não poderia deixar de agradecer a todos e todas que participaram de sua construção e àqueles que ao longo desse tempo contribuíram para o seu aperfeiçoamento e enriquecimento, compartilhando e atualizando informações.

Nossa mais sincera gratidão aos museus brasileiros, aos profissionais do então Demu/Iphan, aos assistentes nos estados, ao SBM, aos Sistemas de Museus Estaduais e Municipais, aos cursos de Museologia.

Nossa expectativa para o futuro é que os dados do CNM e outras informações reunidas na plataforma Museusbr contribuam cada vez mais para o aperfeiçoamento das políticas públicas, para a difusão dos museus brasileiros, para o desenvolvimento das instituições e para a apropriação e o controle social sobre o setor de museus. ■

Karla Inês Silva Uzêda é museóloga formada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pós-graduada em Análise e Avaliação Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). É servidora do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) desde 2010, onde foi chefe do Cadastro Nacional de Museus até 2013. No mesmo ano, assumiu a Coordenação de Produção e Análise da Informação do Instituto, cargo que ocupou até setembro de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Brasileiro de Museus. Guia dos Museus Brasileiros. Brasília: Ibram/MinC, 2011.

Instituto Brasileiro de Museus. Museus em Números. Brasília: Ibram/MinC, 2011, vol. 1.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. Questionário do Cadastro Nacional de Museus. Brasília: Iphan/MinC, 2008.

NASCIMENTO JR., José; CHAGAS, Mário (Orgs.). Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007.